

ACERTO EXTERNO

12 SET 1989

Negociações com credores ainda dependem do aval do Fundo Monetário

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

GAZETA MERCANTIL

As negociações do governo brasileiro com o comitê assessor de bancos credores em torno de novos recursos que possibilitem cobrir o balanço de pagamentos deste ano estão em aberto, dependendo basicamente dos entendimentos que o País busca junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Até os próximos dias 21 e 22, quando o governo e credores privados pensam em sentar-se novamente à mesa de discussões em Nova York, o Brasil manterá sua determinação de não efetuar pagamentos de juros aos bancos. Pelo cronograma de desembolsos, o Brasil deveria pagar no dia 15 deste mês — com vencimento no dia 18 — a pesada quantia de US\$ 1,6 bilhão a US\$ 1,7 bilhão de juros aos bancos credores privados.

"Com relação aos juros em atraso e por vencer, queremos chegar a um entendimento com os bancos que permita fazer pagamentos sem afetar o nível adequado das reservas", disse ontem, claramente, o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral, e negociador brasileiro da dívida externa junto aos bancos credores privados.

As conversas que Amaral e o diretor da Área Externa do Banco Central, Armin Lore, tiveram na sexta-feira em Nova York com o comitê de bancos avançaram apenas em torno de uma formalidade jurídica que precisa ser contornada para que o Brasil não perca o direito que tem de receber a terceira parcela de "dinheiro novo" — negociada no acordo do ano passado, no valor de US\$ 600 milhões — e cujo prazo fatal de solicitação se expira no dia 30 deste mês.

A liberação desta terceira "tranche" está diretamente condicionada a um acordo com o FMI e, diante da indefinição presente, o Brasil buscou com os bancos uma forma de negociar a dilatação do prazo de solicitação dos US\$ 600 milhões, de modo a que seja estendido para janeiro. Isto não quer dizer, conforme ressaltou Amaral, que o País só poderá dispor daqueles recursos em janeiro nem que efetuará o pagamento dos juros até janeiro. Quer dizer, na verdade, que se procura uma forma de encaixar o prazo da liberação daquela parcela dos bancos ao ritmo das negociações que o assessor do ministro da Fazenda, Michael Gartenkraut, desenvol-



Sérgio Amaral

ve no momento em Washington, com o FMI. "Há uma expectativa, tanto da nossa parte como dos bancos de que a questão com o FMI se defina nas próximas semanas", atestou o ministro Sérgio Amaral.

A próxima reunião com o comitê assessor da dívida externa, alinhavada para os próximos dias 21 e 22 deste mês — a data definitiva não está ainda marcada —, será realizada no entanto independente do encaminhamento das negociações com o FMI. E preciso, primeiro, garantir a prorrogação do prazo para a solicitação da terceira "tranche" dos bancos e isto já está sendo providenciado pelo comitê assessor da dívida externa junto ao conjunto de bancos, cerca de 300 signatários do projeto do "dinheiro novo".

Caso a resposta dos bancos não seja positiva à dilatação do prazo para a liberação da terceira parcela de "dinheiro novo", não restará ao Brasil outra alternativa do que pedir "waiver" — dispensa — pelo não-cumprimento da cláusula que amarra a disponibilidade do dinheiro a um acordo com o FMI, sob pena do País perder aqueles US\$ 600 milhões.

Um pedido de "waiver" não seria novidade: isto já foi feito entre março e abril deste ano, envolvendo a liberação da segunda parcela, também de US\$ 600 milhões, que ficou desamarraada de condicionamento tanto junto ao FMI como junto ao Banco Mundial.

Ocorre que não interessa exatamente ao País no momento pedir "waiver" para a terceira parcela, já que o gesto poderia dar margem aos bancos credores no sentido de exigir o pagamento dos juros em dia.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) reúne-se nesta quarta-feira (13), às 15 horas, atendendo à antecipação convocada pelo ministro da Fazenda e presidente do CMN, Mailson da Nóbrega.

(Radiobrás)